

Sumário Executivo
Programa do NiZA
Paz, Princípios e Participação
Responsabilidade Social das Multinacionais e
Exploração dos Recursos Naturais na África Austral



Netherlands institute for Southern Africa

Autores: Gerno Kwaks, Kirsten Hund, Bas Zwiers, Jolien Schure
Data: Outubro 2004
Intéprete: Élia Furtado

Programa de Capacitação Económica
Instituto Holandês para África Austral
PO Box 10707
1001 ES Amsterdão
Holanda
Tel: +31-(0)20-520 62 10
Fax: + 31-(0)20-520 62 49
economie@niza.nl
www.niza.nl

Declaração Conjunta

De 15 a 18 de Agosto de 2004 o Instituto Holandês para a África Austral (NIZA) e 19 Organizações da Sociedade Civil dos cinco países membros da SADC – Angola, Botswana, a República Democrática do Congo, a África do Sul e a Zâmbia-reuniram-se em Centurion, Pretória para discutir e assinar acordos de parceria e, assim como, explorar possíveis áreas de colaboração tanto a nível nacional como regional dentro do ‘programa de Paz, Princípios e Participação’.

“Apesar dos nossos países serem ricos em recursos naturais, a maioria dos nossos povos sofre por causa da exploração destes recursos, isto em vez de ela usufruir dos benefícios gerados por estas riquezas.

Nós cremos que é importante que os povos de Angola, de Botswana, de DR Congo, da África do Sul e da Zâmbia tenham uma voz efectiva na apropriação dos benefícios provenientes dos recursos naturais dos seus países e que possam de maneira efectiva expressar as suas opiniões sobre os impactos negativos que a exploração destes recursos possam ter.

A maioria dos povos a que servimos tem de viver, diariamente, com os seguintes problemas:

- Violação dos direitos humanos
- Falta de transparência
- Injustiças Ecológicas causando danos, poluição e problemas de saúde
- Violação dos direitos laborais
- Exploração ilegal dos recursos
- Desalojamento forçado
- Deterioração dos meios de subsistência e destruição das economias locais
- Falta de meios para lançar as economias locais
- Falta de um quadro legislativo apropriado e a fraqueza dos mecanismos de fazer cumprir as leis
- Falta de cumprimento das normas existentes
- Comportamento insustentável

Conjuntamente, tanto no Sul como no Norte, continuaremos a melhorar e a dar realce ao nosso trabalho para nos tornarmos participantes mais efectivos na nossa actuação com os governos no processo de tomadas de decisão, com indústrias e Instituições Internacionais (União Africana, SADC, EU, o Banco Mundial, o FMI) de maneira a criar igualdade na governação e diminuir o poder das multinacionais em influenciar na governação. Isto para assegurar que indústrias e governos prestem contas e sejam tidos como responsáveis pelas consequências dos seus actos. Juntos aspiramos ao seguinte:

- **Paz:** Terminar os conflitos violentos e estabelecer um ambiente estável e propício a um erradicar da pobreza por meios de um desenvolvimento socio-económico justo, equilibrado e sustentável.
- **Princípios:** Desenvolver um conjunto de normas morais e/ou legais a que os vários actores económicos têm de cumprir, e sob as quais se lhes possa pedir que prestem contas, conduzindo isto a uma paz sustentável e a uma justiça económico-social.

- **Participação:** Envolver a sociedade civil nos debates sobre os efeitos das actividades económicas sobre os meios de subsistência comunitários e na partilha dos rendimentos gerados pela exploração dos recursos naturais.

Assinado por:

- Juventude Ecológica Angolana (JEA), Jubileu 2000, Mpalabanda , Rede Terra – **Angola,**
- The Botswana Council of Non Governmental Organisations – BOCONGO, Somarelang Tikologo, Botswana Mining Workers Union, -**Botswana,**
- CENADEP, OCEAN, ASADHO, NDS, -**Democratic Republic of the Congo,**
- BeFSA CSR, Groundwork, The National Children’s Rights Committee (NCRC), South Durban Community Environmental Alliance (SDCEA), Greater Rustenburg Community Foundation (GRCF), - **South Africa,**
- Zambia Congress of Trade Unions, Development and Education Community Project (DECOP), Catholic Commission for Justice Development and Peace (CCJDP), - **Zambia,**
- Instituto Holandês para a África Austral (NiZA), - **Os Países Baixos**

Paz, Princípio e Participação

Responsabilidade Social das Multinacionais e Exploração dos Recursos Naturais na África Austral

O Programa de ‘Empowerment’ Económico do NiZA tem por objectivo apoiar as organizações da sociedade civil dos países da SADC activas na esfera de influenciar e de melhorar as políticas socio-económicas de desenvolvimento nos seus países de maneiras a que estas se tornem social e economicamente mais equilibradas.

O solo, as águas e as florestas dos países da África Austral são muito ricos em recursos naturais, mas a maioria da população sofre por causa da exploração destes mesmos recursos em vez de beneficiar deles. O ‘Programa de Paz, Princípios e Participação: Responsabilidade Social das multinacionais e Exploração dos Recursos Naturais’ (o Programa PPP) pretende melhorar a capacidade das organizações da sociedade civil na África Austral de modo a permiti-las serem mais efectivas em lidar com problemas relacionados com a exploração dos recursos naturais. Isto para promover nas multinacionais um comportamento social e um sentido de responsabilidade, e ao mesmo tempo fazer com que haja um envolvimento das comunidades neste sector para que como participantes se tornem mais efectivos no processo de tomada de decisões junto aos governos, organizações internacionais e as indústrias extractivas que operam nos seus países.

Num quadro mais alargado de Responsabilidade Social das Multinacionais, os três conceitos que cremos ser importantes por nos ajudarem a concretizar os nossos objectivos são realçados neste programa:

Paz

Quando se fala de ‘Paz’ refere-se à ausência de conflitos violentos e a uma situação de estabilidade e de governação socio-económica que proporcionem um ambiente favorável onde possa existir um desenvolvimento sustentável e uma justiça socio-económica. Tanto os governos como as multinacionais têm um papel importante a desempenhar no sentido de proporcionar a paz e de mantê-la. Os países do SADC devem estar em condições de definir e de proteger o próprio desenvolvimento social e económico. Estratégias que venham a elaborar um quadro de responsabilidade moral substituindo a actual ausência de leis por parâmetros construtivos realça a importância de princípios.

Princípios

‘Princípios’ são as normas (voluntárias ou obrigatórias), regras e regulamentações que as companhias têm de obedecer para que elas não incitem os conflitos violentos e contribuam para uma justiça social e económica.

Participação

A Sociedade Civil tem um papel importante a desempenhar na monitoria do cumprimento e na implementação dos princípios existentes e bem como no desenvolvimento de novos princípios elaborados tanto pelas companhias como pelos governos; a sua ‘participação’ é vital.

Ligação Norte e Sul

O Programa PPP é , em muitos casos, uma consequência lógica das actividades do NIZA no Norte sobre a injustiça económica e a exploração ilegal dos recursos. O NiZA ganhou muita experiência e conhecimento com a campanha Transacções Fatais (Fatal Transactions)¹. Esta campanha internacional tem como objectivo consciencializar o Norte da relação crucial existente entre o comércio dos recursos naturais da África e a continuação e o escalar das violações dos direitos humanos e conflitos armados.

A campanha do NiZA-Fatal Transactions pode-se tornar mais efectiva quando ela se baseia no empenho do Sul. O Programa PPP permite uma cooperação estrutural entre o NIZA e as organizações do Sul que se focam no (mau) comportamento das companhias e as consequências da exploração dos recursos naturais. Através de uma colaboração estreita com a campanha e através de troca de informações ou de material de campanha estas organizações conseguirão, por um lado, alargar a sua influência na região de SADC, e, por outro lado, a campanha ‘Fatal Transactions’ fortalecerá a sua credibilidade e influência junto aos consumidores do Norte, das companhias e dos governos. Experiências obtidas da campanha ‘Fatal Transactions’ serão partilhadas com as futuras organizações PPP parceiras no sentido de melhorar a capacidade destas de levar a cabo campanhas, e bem como se utilizará a experiência dos parceiros para melhorar a campanha.

Porquê?

O Programa PPP acredita que os recursos naturais deveriam contribuir para um desenvolvimento socio-económico justo e sustentável na África Austral em vez de servir para financiar guerras e desigualdades.

Num período de quatro anos, a começar a 1 de Janeiro de 2005, em que o Programa PPP vai durar, o objectivo deste vai ser melhorar a capacidade de um grupo de organizações em Angola, Botswana, DR Congo, na África do Sul e na Zâmbia, que partilha esta visão. Este apoio ajudará estas organizações a tornarem-se participantes mais efectivos nas suas actuações junto aos governos, organizações internacionais e indústrias extractivas que operem nos seus países e nos processos de tomada de decisões. Isto significa que serão fortalecidas nas suas capacidades de criar um ‘rede de contacto (network)’ adequado, de fazer o ‘lobby’, de monitorar e de fazer um trabalho de advocacia em todos os diferentes aspectos de Responsabilidade Social das Multinacionais e as consequências da exploração de recursos (individualmente, nacionalmente e regionalmente).

Onde?

Nos primeiros 4 anos o Programa PPP vai focar sobre Angola, Botswana, DR Congo, a África do Sul e a Zâmbia. Em termos de recursos naturais estes países são dos mais ricos do continente africano. Contudo a extracção do petróleo, do ouro, da madeira e de diamantes raramente tem servido de motor de crescimento socio-económico e de estabilidade. Pelo contrário, muitas vezes a presença destes recursos naturais tem contribuído para desigualdades, instabilidade, falta de transparência e conflitos.

Há muitos actores implicados nas consequências da exploração dos recursos naturais nestes países. Por um lado há um grupo diverso de governos nacionais, grupos rebeldes,

¹ www.niza.nl/fatalattractions

países vizinhos, organizações multilaterais, como o Banco Mundial, poderes internacionais como os governos dos EUA ou do RU, companhias multinacionais potentes, e pequenas companhias dúbias (locais) que não prestam contas a ninguém. Por outro lado há o grupo de actores que advoga um comportamento mais responsável no sector extractivo também é bastante diverso; partindo das Nações Unidas até às redes de contactos internacionais de advocacia, sindicatos locais de mineiros, grupos ecológicos, institutos de pesquisas, empresas de consultorias e organizações de base

NiZA escolheu trabalhar com um grupo selecto de organizações locais que tem potencialidades e vontade de ser uma voz importante, representando o seu círculo de actuação, abordando assuntos de desenvolvimento social que tenham relação com a Responsabilidade Social das Multinacionais e a exploração dos recursos naturais.

As organizações são activas em assuntos relacionados com RSM e/ou a exploração dos recursos naturais nos cinco países, como por exemplo: diamantes de conflito, as directrizes do OECD, a transparência, direitos ecológicos e/ou de terra. O Programa PPP do NIZA é único no seu género na sua focagem específica sobre o aumento de capacidades das organizações locais, cooperando a um nível estrutural com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) dentro duma rede regional além-fronteiras no tópico integrado de Responsabilidade Social das Multinacionais (RSM) e a exploração dos recursos naturais.

Quem?

Dezanove organizações juntaram-se ao NIZA como parceiros no Programa PPP. Elas formam um grupo variado de organizações dedicadas e inspiradas partilhando o mesmo interesse em – e actividades sobre as consequências de extracção de recursos, têm potencialidades de desempenhar o trabalho de ‘lobby’ e de advocacia, de desempenhar um papel de rede de contacto e têm necessidade de desenvolver capacidades em vários terrenos e a vários níveis.

Dentre estas organizações fazem parte sindicatos, organizações religiosas, movimentos ecológicos, Organizações Comunitárias de Base (OCBs) e movimentos de defesa dos direitos humanos.

As organizações focam, entre outras, na exploração ilegal dos recursos, na violação dos direitos humanos (pelas companhias), nos direitos laborais e de emprego, na transparência, na destruição dos meios de subsistência, na justiça ecológica, e/ou nos direitos de terra.

Como?

O Programa PPP facilitará às organizações participantes a se engajarem em actividades que irão melhorar as suas capacidades no sentido de se tornarem, como participantes com interesses, ainda (mais) efectivos na feita dos procedimentos da tomada de decisões respeitante (as consequências de) à exploração dos recursos naturais.

Os resultados que se espera obter com estas actividades são:

- Reinforçar a capacidade organizacional interna através de uma melhoria das competências do pessoal e através do aperfeiçoamento dos sistemas e das estruturas em áreas que apoiam e fazem funcionar a organização.

- Melhorar as competências técnicas do pessoal em relação à Responsabilidade Social das Multinacionais e à exploração dos recursos naturais.
- Que as organizações melhorem as estratégias e sistemas de recolha e de troca de informações sobre a RSM e a exploração dos recursos naturais.
- Que as organizações participem mais frequentemente e efectivamente nas redes de contacto regionais sobre a RSM e a exploração dos recursos naturais.
- Que as organizações adiram à prática de troca de informações, de ‘lobby’ e de actividades de advocacia junto aos actores relevantes e às partes que têm actividades no campo da RSM e na exploração dos recursos naturais.
- Que as organizações alarguem o seu raio de acção no lugar onde operam através da disseminação de informação, aumento do grau de consciencialização e da mobilização da comunidade.

As organizações e as suas actividades planeadas não existem por si sós. Para além das actividades individuais, os parceiros do PPP também identificaram actividades estratégicas nacionais e regionais, dirigidas tanto à melhoria da capacidade como às estratégias conjuntas de ‘lobby’ e de advocacia.

Organizações parceiras do PPP

Angola

- Jubileu 2000 Angola
- Juventude Ecológica Angolana (JEA)
- Mpalabanda
- Rede Terra.

Botswana

- The Botswana Council of Non Governmental Organisations (BOCONGO)
- Botswana Mining Workers Union (BMWU)
- Somarelang Tikologo (ST).

República Democrática do Congo

- Association Africaine de Droit de l'Homme / Katanga (ASADHO/Katanga)
- Centre National d'Appui au Développement et à la Participation Populaire (CENADEP)
- Nouvelle Dynamique Syndicale (NDS)
- Organisation Concertée des Ecologistes et Amis de la Nature (OCEAN).

África do Sul

- Bench Marks Foundation of Southern Africa for Corporate Social Responsibility (BeFSA CSR)
- Greater Rustenburg Community Foundation (GRCF)
- Groundwork
- National Children's Rights Committee (NCRC)
- South Durban Community Environmental Alliance (SDCEA).

Zâmbia

- Catholic Commission for Justice Development and Peace (CCJDP)
- Development and Education Community Project (DECOP)
- Zambia Congress of Trade Unions (ZCTU).